

Higiene dos géneros alimentícios/ Controlos oficiais

Diploma	Ambito	Observações
Regulamento (CE) N.º 178/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro	Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) 852/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Relativo à higiene dos géneros alimentícios, destinada aos operadores	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) 853/2004/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) 854/2004/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004	Relativo aos controlos oficiais realizados para assegurar a verificação do cumprimento da legislação relativa aos alimentos para animais e aos géneros alimentícios e das normas relativas à saúde e ao bem-estar dos animais	Consultar versão consolidada
Decreto-Lei 113/2006, de 12 de Junho	Assegurar a execução e garantir o cumprimento dos Reg. 852/2004 e 853/2004	Revoga DL nº 67/98 de 18 de Março. Alterado por DL nº 223/2008 de 18 de Novembro
Portaria 699/2008, de 29 de Julho	A presente portaria regulamenta as derrogações previstas no Reg.853/2004, do Parlament, e no Reg. 2073/2005, para determinados géneros alimentícios	
D.L. nº 223/2008 de 18 Novembro	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de Junho, que estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios	Recursos
Regulamento (CE) N.º 1162/2009 da Comissão, de 30 de Novembro	Que estabelece disposições transitórias de execução dos Reg. (s) 853/2004, 854/2004 e 882/2004. Condições sanitárias de importação não estabelecidas nos Reg. 853/2004/CE e 854/2004/CE. Revogou o Reg. 2076/2005 da Comissão de 5 de Dezembro de 2005	Ver documento
Regulamento (CE) N.º 558/2010 da Comissão, de 24 de Junho	Altera o anexo III do Regulamento (CE) 853/2004	Ver documento
DL nº 69/2005 de 17 de Março	Estabelece as garantias de segurança dos produtos e serviços colocados no mercado, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro, relativa à segurança geral dos produtos.	

Controlo microbiológico/ Biotoxinas marinhas

Diploma	Âmbito	Observações
Regulamento (CE) N.º 2073/2005, da Comissão, de 5 de Dezembro	Relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Regulamento 2074/2005, da Comissão, de 5 de Dezembro	Estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Reg. 853/2004 e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Reg.(s) 854/2004 e 882/2004, derroga o Reg. 852/2004 e altera os Reg.(s) 853/2004 e 854/2004	Consultar versão consolidada
Decisão da Comissão nº 2002/226/CE de 15 de Março	estabelece controlos sanitários especiais para a colheita e transformação de determinados moluscos bivalves com um nível de toxina ASP que ultrapassa o limite estabelecido na Directiva 91/492/CEE do Conselho	Ver documento
Decisão de 2002/878/CE de 6 de Novembro	Estabelece planos de colheita de amostras e métodos de diagnóstico para a detecção e a confirmação da Bonamiose (<i>Bonamia ostreae</i>) e da Marteiliose (<i>Marteilia refringens</i>) nos moluscos	Ver documento

Contaminantes

Diploma	Âmbito	Observações
Regulamento (CE) nº 1881/2006 da Comissão de 19 de Dezembro	fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) nº 333/2007 da Comissão de 28 de Março de 2007	estabelece métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial dos teores de chumbo, cádmio, mercúrio, estanho na forma inorgânica, 3-MCPD e benzo(a)pireno nos géneros alimentícios	Ver documento

Qualidade das águas conquícolas

Diploma	Âmbito	Observações
Directiva 2006/113/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativa à qualidade exigida das águas conquícolas	Consultar versão consolidada

Licença de utilização do domínio público hídrico

Diploma	Âmbito	Observações
Lei nº 58/2005 de 29 Dezembro	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.	
DL nº 226-A/2007 31 Maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, criando um novo quadro de relacionamento entre o Estado e os utilizadores dos referidos recursos, no sentido de permitir um maior incentivo às actividades económicas relacionadas com a água. Define os títulos de utilização de recursos hídricos, bem como os procedimentos e as entidades competentes para a sua atribuição e as formas de controlo, modificação e cessação dos mesmos. Estabelece, ainda, regras relativas à transmissão e transacção dos títulos de utilização de recursos hídricos entre os utilizadores.	
Decreto-Lei n.º 391-A/2007 de 21 de Dezembro	Alteração do artigo 93º do Decreto -Lei n.º 226 -A/2007, de 31 de Maio	

Licenciamento da actividade Aquícola

Diploma	Âmbito	Observações
Decreto Regulamentar n.º 14/2000, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.	Estabelece os requisitos e condições relativos à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos, bem como as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças	
Decreto Regulamentar n.º 9/2008, de 18 de Março, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.	Define as regras para as áreas de produção aquícola (APA) em mar aberto, bem como as condições de autorização de instalação e licença de exploração.	

Produção e comercialização

Diploma	Âmbito	Observações
Portaria n.º 1421/2008 de 10 de Outubro	Estabelece as regras de produção e comercialização de moluscos bivalves, equinodermes, tunicados e gastrópodes marinhos vivos, complementares aos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e às regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal	

LEGISLAÇÃO SOBRE MOLUSCOS BIVALVES VIVOS

Rotulagem

Diploma	Âmbito	Observações
Directiva 2000/13/CE, de 20 de Março de 2000	Relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) n.º 104/2000 do Conselho de 17 de Dezembro de 1999	Estabelece a organização comum de mercado no sector dos produtos da pesca e da aquicultura	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) n.º 2065/2001 da Comissão de 22 de Outubro de 2001	Estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 104/2000 do Conselho no respeitante à informação do consumidor no sector dos produtos da pesca e da aquicultura	Consultar versão consolidada

Água

Diploma	Assunto	Observações
Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto	estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro	
Decreto-Lei n.º 243/2001 de 5 de Setembro	aprova normas relativas à qualidade da água destinada ao consumo humano transpondo para o direito interno a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro, relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano	

Subprodutos

Diploma	Assunto	Observações
Regulamento (CE) N.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro	Estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano	Ver alterações na versão consolidada
Decreto-Lei n.º 122/2006 de 27 de Junho	Assegurar a execução e garantir o cumprimento no ordenamento jurídico nacional das obrigações decorrentes do Reg. 1774/2002	
Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009	Define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento n.º 1774/2002 a partir de 4 de Março de 2011	

Taxas de inspecção

Diploma	Assunto	Observações
Decreto-Lei n.º 178/2008 de 26 de Agosto	Define os critérios de aplicação e montantes de taxas a cobrar nos termos do Regulamento (CE) n.º 882/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativo à inspecção sanitária dos produtos de origem animal e revoga os Decretos-Leis n.os 433/89, de 16 de Dezembro, e 208/99, de 11 de Julho	
Portaria n.º 1073/2008 de 22 de Setembro	fixa a forma de cálculo das taxas devidas pela realização de actividades de inspecção hígio-sanitária, verificação e auditoria no âmbito do controlo oficial nos estabelecimentos ou operadores que desenvolvam actividades relativas aos alimentos e aos géneros alimentícios para animais	Alterada pela Portaria n.º 1450/2009 de 28 de Dezembro

LEGISLAÇÃO SOBRE MOLUSCOS BIVALVES VIVOS

Regime de apoios

Diploma	Assunto	Observações
Portaria n.º 1143/2006 de 21 de Dezembro	estabelece um regime de apoio aos pescadores e proprietários de embarcações de pesca registadas nos portos do continente, licenciadas para a captura de bivalves com arte de ganchorra, que cessem temporariamente a sua actividade em virtude da interdição de captura de bivalves	